
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 12ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL,**

CELEBRADA ENTRE

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO

ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP,

COMO EMISSORA,

E

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

**DATADA DE
02 DE JUNHO DE 2010**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 12ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade de economia mista com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

De outro lado,

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Pernambuco, nº 353, 12 andar, sala 1207, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a "Instrumento Particular de Escritura da 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional" ("Escritura"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

Os termos iniciados com letras maiúsculas nesta Escritura têm os seguintes significados:

1. "Agente Escriurador": tem o significado que lhe é atribuído no item 10.1 desta Escritura;
2. "Agente Fiduciário": Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
3. "Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.4.1 desta Escritura;
4. "Auditoria dos Investimentos": tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3.1 desta Escritura;
5. "BACEN": tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;

6. “Banco Depositário”: Banco do Brasil S.A. ou instituição que o substitua no exercício de suas funções na centralização da receita tarifária da Emissora;
7. “Banco Mandatário”: Itaú Unibanco S.A.;
8. “BM&FBOVESPA”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3.1 desta Escritura;
9. “BOVESPAFIX”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3.1 desta Escritura;
10. “CETIP”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3.1 desta Escritura;
11. “Contrato de Colocação”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (b) do item 7.1 desta Escritura;
12. “Conta de Liquidação”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.2 desta Escritura;
13. “Contrato de Vinculação”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.1 desta Escritura;
14. “Contrato de Vinculação de Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.2 desta Escritura;
15. “Contratos de Garantia”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.2 desta Escritura;
16. “Coordenador Líder”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.7.1 desta Escritura;
17. “CVM”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.7.2 desta Escritura;
18. “Data de Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.7 desta Escritura;
19. “Data de Início da Amortização”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.4.1 desta Escritura;
20. “Data de Vencimento”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.8 desta Escritura;
21. “Debêntures”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula II desta Escritura;
22. “Debêntures em Circulação”: tem o significado que lhe é atribuído no item 9.2.2 desta Escritura;
23. “Debenturista”: titular de qualquer Debênture;
24. “Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula II desta Escritura;

25. “Emissora”: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;
26. “Escritura”: presente Instrumento Particular de Escritura da 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional;
27. “FGTS”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3.3 desta Escritura;
28. “Instrução CVM nº 476”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula II desta Escritura;
29. “Instrução CVM nº 480”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem (i) da alínea (a) do item 6.1 desta Escritura;
30. “Investimentos Permitidos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.3.1 desta Escritura;
31. “JUCESP”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 desta Escritura;
32. “Juros”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3 desta Escritura;
33. “Lei das Sociedades por Ações”: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas respectivas alterações posteriores;
34. “Liberação dos Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.2.1 desta Escritura;
35. “Período de Capitalização”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;
36. “Plano de Investimentos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1.1 desta Escritura;
37. “Prazo da Auditoria” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.4 desta Escritura;
38. “Prazo de Investimento”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2.1 desta Escritura;
39. “Prazo de Investimento Adicional”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2.1 desta Escritura;
40. “Prêmios de Reembolso”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.3 desta Escritura;
41. “Projetos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1.1 desta Escritura;
42. “RCA”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula I desta Escritura;
43. “Recursos Liberados”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.6.2.1 desta Escritura;

- 44. “Relatório de Uso dos Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.3 desta Escritura;
- 45. “Relatório Informativo”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem (iv) da alínea (a) do item 6.1 desta Escritura;
- 46. “Remuneração”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3 desta Escritura;
- 47. “Reorganização”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (l) no item 5.1 desta Escritura;
- 48. “Resgate Antecipado Facultativo”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.1 desta Escritura;
- 49. “SDT”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3.1 desta Escritura;
- 50. “SND”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3.1 desta Escritura;
- 51. “*Spread*”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;
- 52. “Subscritor”: tem o significado que lhe é atribuído no item 9.3.4 desta Escritura;
- 53. “Taxa Substitutiva”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.5.1 desta Escritura;
- 54. “TR”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.2 desta Escritura;
- 55. “Valor Nominal Unitário”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.1 desta Escritura; e
- 56. “Valor Total da Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5 desta Escritura.

CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 25 de março de 2010 (“RCA”).

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, emitidas em forma nominativa e escritural, (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), será

realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM nº 476”).

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão, incluindo a Remuneração, foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 142.457/10-3, em 28 de abril de 2010, tendo sido publicada no Jornal Folha de São Paulo e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 1º de maio de 2010.

2.2. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos

Esta Escritura será arquivada na JUCESP e seus eventuais aditamentos também o serão, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro para Negociação

2.3.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM nº 476.

2.3.2. Não obstante o descrito no item 2.3.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476.

2.3.3. As características das Debêntures foram definidas de modo a serem admitidas à subscrição pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FGTS”), em observância ao disposto na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 591, de 24 de março de 2009, e na Circular da Caixa Econômica Federal nº 498, de 27 de novembro de 2009.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços.

3.2. Destinação dos Recursos da Emissão

3.2.1. Plano de Investimentos

3.2.1.1. Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados para investimento em infraestrutura de saneamento básico, em qualquer dos projetos (“Projetos”) integrantes do plano de investimentos da Emissora, descritos no Anexo II desta Escritura (“Plano de Investimentos”). Sem prejuízo do disposto nos itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 abaixo, a alocação do montante dos recursos da Emissão a ser destinada a cada Projeto será definida pela Emissora, a seu exclusivo critério, de acordo com cronograma constante no Plano de Investimentos, observados (i) o montante máximo da Emissão que deverá ser destinado a cada Projeto considerado individualmente, limitado ao montante classificado como “Recursos da 12ª Emissão de Debêntures” na tabela nº 1 do Plano de Investimentos; e (ii) a obrigatoriedade de destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do Valor Total da Emissão em Projetos para atendimento à população residente em áreas carentes, observados os percentuais individuais de atendimento de cada Programa, conforme tabela nº 2 do Plano de Investimentos.

3.2.1.2. Desde que haja anuência prévia, por escrito, dos titulares da maioria das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral, observado o disposto no item 9.3.4 desta Escritura, a Emissora poderá, a qualquer tempo, incluir Projetos no Plano de Investimentos, desde que atendido o disposto na legislação aplicável e nos itens 3.2.1.1 acima e 3.2.1.3 a seguir. A inclusão de novos Projetos deverá ser realizada através de aditamento ao Anexo II desta Escritura, contendo descrição do novo Projeto.

3.2.1.3. São elegíveis para inclusão no Plano de Investimentos: (i) Projetos em andamento; e (ii) Projetos a serem iniciados dentro do Prazo de Investimento, em ambos os casos, independentemente da data prevista para sua conclusão. Somente será considerado como cumprido o Plano de Investimentos se os recursos originários da Emissão forem alocados nos Projetos durante o Prazo de Investimento.

3.2.2. Prazo de Investimento

3.2.2.1. Os Recursos Liberados deverão ser investidos nos Projetos em até 6 (seis) meses contados de cada data de Liberação dos Recursos, conforme definida no item 4.6.2.1, de acordo com o Plano de Investimentos (“Prazo de Investimento”).

3.2.2.2. Cada Prazo de Investimento poderá ser prorrogado 1 (uma) única vez, por período adicional de até 3 (três) meses contados do término do Prazo de Investimento (“Prazo de Investimento Adicional”), a critério dos titulares da maioria das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral, observado o disposto no item 9.3.4 desta Escritura.

3.2.2.3. Durante o Prazo de Investimento Adicional, os Recursos Liberados não utilizados pela Emissora ficarão sujeitos à incidência de prêmio de 0,5% (cinco décimos por cento), a ser acrescido à Remuneração das Debêntures, nos termos do item 4.3.3 a seguir, observada a obrigação de o Agente Fiduciário comunicar a CETIP sobre este acréscimo com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

3.2.3. Comprovação dos Investimentos. Para fins da comprovação do cumprimento do Plano de Investimentos, a Emissora deverá enviar, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente subsequente ao do término de cada Prazo de Investimento ou Prazo de Investimento Adicional, conforme o caso, a partir da Data de Emissão, à empresa responsável pela Auditoria dos Investimentos e ao Agente Fiduciário, e este, em até 1 (um) dia útil contado de seu recebimento, aos Debenturistas, observado disposto no item 9.3.4, relatório de utilização dos Recursos Liberados no respectivo período (“Relatório de Uso dos Recursos”). O Relatório de Uso dos Recursos deverá ser preparado pela Emissora e conterá: (i) indicação do Projeto; (ii) montante dos Recursos Liberados despendido para cada Projeto; (iii) número do comprovante; (iv) item ou serviço adquirido; (v) contratos e fornecedores favorecidos; (vi) datas de pagamentos; (vii) percentual dos Recursos Liberados destinados à áreas carentes; (viii) demais informações complementares aos pagamentos constantes do sistema da Emissora; e (ix) investimento mínimo da Emissora, com recursos próprios, no montante de 10% (dez por cento) do valor total, atualizado *pro rata temporis*, de cada Projeto. O Agente Fiduciário e os Debenturistas, nos termos do item 9.3.4 desta Escritura, poderão solicitar, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os

comprovantes dos investimentos relacionados no Relatório de Usos de Recursos e os comprovantes de tais despesas.

3.2.3.1. A comprovação da utilização dos recursos da Emissão nos Projetos constantes do Plano de Investimentos deverá ocorrer mediante auditoria específica, a ser realizada por empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, escolhida de comum acordo entre o Agente Fiduciário e a Emissora, contratada para este fim às expensas da Emissora, cujo relatório deverá ter como destinatário o Agente Fiduciário (“Auditoria dos Investimentos”).

3.2.3.2. Após a apresentação do relatório da Auditoria dos Investimentos, os documentos comprobatórios poderão ser encaminhados ao arquivo central da Emissora, sendo que sua disponibilização posterior se dará mediante o aviso prévio de 30 (trinta) dias à Emissora.

3.2.3.3. O parecer da Auditoria dos Investimentos deverá atestar a destinação do Valor Total da Emissão de acordo com o disposto no item 3.2.1, acima.

3.2.3.3.1. A comprovação da alocação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do Valor Total da Emissão para Projetos em áreas carentes será efetuada até o final do Prazo Total de Investimento e será verificada como resultado da média ponderada dos recursos utilizados em cada um dos Programas pelos percentuais de atendimento à população carente de tais Programas, previstos na tabela nº 2 do Plano de Investimentos.

3.2.4. O parecer favorável da Auditoria dos Investimentos deverá ser recebido, pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos contados da entrega, pela Emissora, do respectivo Relatório de Uso dos Recursos (“Prazo da Auditoria”).

3.3. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Emissora.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na presente data, é de R\$6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscientos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos); e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação, na presente data, é de, aproximadamente, R\$2.960.644.241,62 (dois bilhões, novecentos e sessenta milhões, seiscientos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos).

3.7. Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição

- 3.7.1. As Debêntures serão distribuídas mediante realização de oferta pública com esforços restritos, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, cuja intermediação será realizada pelo Banco Citibank S.A. (“Coordenador Líder”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados. As Debêntures serão distribuídas pelo Coordenador Líder em regime de melhores esforços de colocação.
- 3.7.2. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, a oferta pública com esforços restritos da Emissão está automaticamente dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).
- 3.7.3. Sem prejuízo do disposto da Instrução CVM nº 476, a Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia útil imediatamente subsequente à ocorrência de contato que receba de potencial investidor que venha a manifestar seu interesse na Oferta.

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). Observado disposto na Instrução

CVM nº 476, somente poderão ser subscritas Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

- 4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, em uma única série.
- 4.1.3. Forma. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.4. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos registros realizados pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas no SND. Caso as Debêntures estejam depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.
- 4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária.
- 4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações.
- 4.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será dia 16 de junho de 2010 (“Data de Emissão”).
- 4.1.8. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, previstas no item 5.1 desta Escritura, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 1º de junho de 2025 (“Data de Vencimento”).
- 4.1.9. Preço de Subscrição e Integralização. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário.
- 4.1.10. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, na data da subscrição, em moeda corrente nacional.
- 4.2. Condições de Negociação das Debêntures. Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, desde que observadas as seguintes condições: (i) transcurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de subscrição ou de aquisição das Debêntures; (ii) aquisição das Debêntures apenas por investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476; e (iii) celebração, pelos

adquirentes das Debêntures, de declaração em que atestem ciência de que a Emissão não foi registrada na CVM, e que as Debêntures estão sujeitas às restrições previstas na Instrução CVM nº 476, a ser firmada com base na minuta constante no Anexo I à Escritura.

4.3. Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão *jus* a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios (“Juros”), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, conforme definido a seguir, a serem pagos, a partir da data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido a seguir (“Remuneração”), nos seguintes termos:

4.3.1. Atualização. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado.

4.3.2. Juros. Cada uma das Debêntures fará jus a uma Remuneração equivalente à variação acumulada da Taxa Referencial (“TR”; no plural, “TRs”) do primeiro dia do respectivo mês anualizada, divulgada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), calculada *pro rata temporis*, por dias úteis, capitalizada de sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Spread”), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário, calculados, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até o final do Período de Capitalização correspondente, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ em que:}$$

$J =$ Valor unitário dos Juros baseados na TR, acrescido do *Spread*, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

$VNe =$ Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, em moeda corrente nacional, ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

$FatorJuros =$ Fator dos juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorTR \times FatorSpread), \text{ em que:}$$

$FatorTR$ = Produtório das TRs, divulgadas durante cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorTR = \prod_{k=1}^n \left[\left(1 + \frac{TR_k}{100} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right], \text{ em que:}$$

n = Número total de TRs consideradas durante cada Período de Capitalização, sendo n , um número inteiro;

TR_k = TR das datas-base, divulgadas pelo BACEN, para cada Período de Capitalização;

dut = Número total de dias úteis para o período de vigência da TR utilizada, sendo dut um número inteiro; e

dup = Número total de dias úteis compreendidos entre a data da TR utilizada e a data de cálculo, sendo dup , um número inteiro; e

$FatorSpread$ = Sobretaxa de juros fixo acrescida ao rendimento de cada Debênture, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}}, \text{ em que:}$$

i = *Spread*, i.e., taxa de juros de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano;

N = 252 (duzentos e cinquenta e dois);

n = Número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo n um número inteiro;

DT = Número dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro; e

DP = Número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

Observações:

1. As datas-base são os dias da data de vencimento ou amortização de cada Debênture em cada mês;
2. Caso a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures não seja coincidente com a correspondente data-base, a atualização será efetuada até a primeira data-base ocorrida após a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, com base no critério *pro-rata* dia útil, com utilização da TR relativa à data da primeira subscrição e integralização das Debêntures (Circular nº 2.456, de 28 de julho de 1994, do BACEN – art. 2º);
3. Cada fator resultante da expressão $\left(1 + \frac{TR_k}{100}\right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
4. A cada novo fator incluído no produtório, este gera um fator intermediário que será considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
5. Para os fins desta Escritura, a expressão “Período de Capitalização” significa o intervalo de tempo ao final do qual os Juros devem ser calculados e pagos em relação ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, a saber, em base mensal desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures até a Data de Vencimento.
6. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3.2.1. O primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures será devido em 1º de julho de 2010, sendo (i) os pagamentos das demais parcelas devidos mensalmente no dia 1º (primeiro) dos meses subsequentes; e (ii) a última parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures, conforme datas na tabela a seguir.

Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração	Datas de Pagamento da Remuneração
01/07/2010	01/01/2013	01/07/2015	01/01/2018	01/07/2020	01/01/2023
01/08/2010	01/02/2013	01/08/2015	01/02/2018	01/08/2020	01/02/2023

01/09/2010	01/03/2013	01/09/2015	01/03/2018	01/09/2020	01/03/2023
01/10/2010	01/04/2013	01/10/2015	01/04/2018	01/10/2020	01/04/2023
01/11/2010	01/05/2013	01/11/2015	01/05/2018	01/11/2020	01/05/2023
01/12/2010	01/06/2013	01/12/2015	01/06/2018	01/12/2020	01/06/2023
01/01/2011	01/07/2013	01/01/2016	01/07/2018	01/01/2021	01/07/2023
01/02/2011	01/08/2013	01/02/2016	01/08/2018	01/02/2021	01/08/2023
01/03/2011	01/09/2013	01/03/2016	01/09/2018	01/03/2021	01/09/2023
01/04/2011	01/10/2013	01/04/2016	01/10/2018	01/04/2021	01/10/2023
01/05/2011	01/11/2013	01/05/2016	01/11/2018	01/05/2021	01/11/2023
01/06/2011	01/12/2013	01/06/2016	01/12/2018	01/06/2021	01/12/2023
01/07/2011	01/01/2014	01/07/2016	01/01/2019	01/07/2021	01/01/2024
01/08/2011	01/02/2014	01/08/2016	01/02/2019	01/08/2021	01/02/2024
01/09/2011	01/03/2014	01/09/2016	01/03/2019	01/09/2021	01/03/2024
01/10/2011	01/04/2014	01/10/2016	01/04/2019	01/10/2021	01/04/2024
01/11/2011	01/05/2014	01/11/2016	01/05/2019	01/11/2021	01/05/2024
01/12/2011	01/06/2014	01/12/2016	01/06/2019	01/12/2021	01/06/2024
01/01/2012	01/07/2014	01/01/2017	01/07/2019	01/01/2022	01/07/2024
01/02/2012	01/08/2014	01/02/2017	01/08/2019	01/02/2022	01/08/2024
01/03/2012	01/09/2014	01/03/2017	01/09/2019	01/03/2022	01/09/2024
01/04/2012	01/10/2014	01/04/2017	01/10/2019	01/04/2022	01/10/2024
01/05/2012	01/11/2014	01/05/2017	01/11/2019	01/05/2022	01/11/2024
01/06/2012	01/12/2014	01/06/2017	01/12/2019	01/06/2022	01/12/2024
01/07/2012	01/01/2015	01/07/2017	01/01/2020	01/07/2022	01/01/2025
01/08/2012	01/02/2015	01/08/2017	01/02/2020	01/08/2022	01/02/2025
01/09/2012	01/03/2015	01/09/2017	01/03/2020	01/09/2022	01/03/2025
01/10/2012	01/04/2015	01/10/2017	01/04/2020	01/10/2022	01/04/2025
01/11/2012	01/05/2015	01/11/2017	01/05/2020	01/11/2022	01/05/2025
01/12/2012	01/06/2015	01/12/2017	01/06/2020	01/12/2022	01/06/2025

- 4.3.3. Farão *jus* à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à data de pagamento de Remuneração.
- 4.3.4. Caso, na hipótese do item 3.2.2.2 acima, haja prorrogação do Prazo de Investimento, a Remuneração das Debêntures devida em cada data de pagamento será acrescida de prêmio resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos no item 3.2.2.3 sobre o saldo do montante dos recursos originários da Emissão, não utilizado pela Emissora em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de pagamento em questão, devendo o montante resultante de tal cálculo ser dividido e rateado pelo número de Debêntures em circulação e informado, com 2 (dois) dias de antecedência, à CETIP.
- 4.3.5. O *spread* de que trata o item 4.3.2 acima inclui o equivalente a 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, devido pela Emissora à Caixa Econômica Federal, a título de comissão de estruturação e monitoramento, cujo pagamento ocorrerá por ocasião do pagamento da Remuneração aos Debenturistas, nos termos desta Escritura, momento no qual os Debenturistas deverão efetuar o repasse dos valores devidos pela Emissora à Caixa Econômica Federal fora do âmbito da CETIP e de acordo com o cálculo e instruções do Agente Fiduciário.

4.4. Amortização das Debêntures

4.4.1. A amortização das Debêntures será realizada mensalmente, no 1º dia de cada mês calendário, a partir de 1º de julho de 2014 (“Data de Início da Amortização”), à razão mensal de 1/132 (um inteiro e cento e trinta e dois avos) sobre o Valor Nominal Unitário (“Amortização”), sendo cada parcela mensal, devida entre 1º de julho de 2014 e 1º de maio de 2025, equivalente a 0,7575% calculado sobre o Valor Nominal Unitário e o Saldo do Valor Nominal Unitário, devido na Data de Vencimento, em 1º de junho de 2025, nos termos da tabela a seguir.

Data da Amortização	Parcela de Amortização	Data da Amortização	Parcela de Amortização	Data da Amortização	Parcela de Amortização	Data da Amortização	Parcela de Amortização
01/07/2014	0,7575%	01/04/2017	0,7575%	01/01/2020	0,7575%	01/10/2022	0,7575%
01/08/2014	0,7575%	01/05/2017	0,7575%	01/02/2020	0,7575%	01/11/2022	0,7575%
01/09/2014	0,7575%	01/06/2017	0,7575%	01/03/2020	0,7575%	01/12/2022	0,7575%
01/10/2014	0,7575%	01/07/2017	0,7575%	01/04/2020	0,7575%	01/01/2023	0,7575%
01/11/2014	0,7575%	01/08/2017	0,7575%	01/05/2020	0,7575%	01/02/2023	0,7575%
01/12/2014	0,7575%	01/09/2017	0,7575%	01/06/2020	0,7575%	01/03/2023	0,7575%
01/01/2015	0,7575%	01/10/2017	0,7575%	01/07/2020	0,7575%	01/04/2023	0,7575%
01/02/2015	0,7575%	01/11/2017	0,7575%	01/08/2020	0,7575%	01/05/2023	0,7575%
01/03/2015	0,7575%	01/12/2017	0,7575%	01/09/2020	0,7575%	01/06/2023	0,7575%
01/04/2015	0,7575%	01/01/2018	0,7575%	01/10/2020	0,7575%	01/07/2023	0,7575%
01/05/2015	0,7575%	01/02/2018	0,7575%	01/11/2020	0,7575%	01/08/2023	0,7575%
01/06/2015	0,7575%	01/03/2018	0,7575%	01/12/2020	0,7575%	01/09/2023	0,7575%
01/07/2015	0,7575%	01/04/2018	0,7575%	01/01/2021	0,7575%	01/10/2023	0,7575%
01/08/2015	0,7575%	01/05/2018	0,7575%	01/02/2021	0,7575%	01/11/2023	0,7575%
01/09/2015	0,7575%	01/06/2018	0,7575%	01/03/2021	0,7575%	01/12/2023	0,7575%
01/10/2015	0,7575%	01/07/2018	0,7575%	01/04/2021	0,7575%	01/01/2024	0,7575%
01/11/2015	0,7575%	01/08/2018	0,7575%	01/05/2021	0,7575%	01/02/2024	0,7575%
01/12/2015	0,7575%	01/09/2018	0,7575%	01/06/2021	0,7575%	01/03/2024	0,7575%
01/01/2016	0,7575%	01/10/2018	0,7575%	01/07/2021	0,7575%	01/04/2024	0,7575%
01/02/2016	0,7575%	01/11/2018	0,7575%	01/08/2021	0,7575%	01/05/2024	0,7575%
01/03/2016	0,7575%	01/12/2018	0,7575%	01/09/2021	0,7575%	01/06/2024	0,7575%
01/04/2016	0,7575%	01/01/2019	0,7575%	01/10/2021	0,7575%	01/07/2024	0,7575%
01/05/2016	0,7575%	01/02/2019	0,7575%	01/11/2021	0,7575%	01/08/2024	0,7575%
01/06/2016	0,7575%	01/03/2019	0,7575%	01/12/2021	0,7575%	01/09/2024	0,7575%
01/07/2016	0,7575%	01/04/2019	0,7575%	01/01/2022	0,7575%	01/10/2024	0,7575%
01/08/2016	0,7575%	01/05/2019	0,7575%	01/02/2022	0,7575%	01/11/2024	0,7575%
01/09/2016	0,7575%	01/06/2019	0,7575%	01/03/2022	0,7575%	01/12/2024	0,7575%
01/10/2016	0,7575%	01/07/2019	0,7575%	01/04/2022	0,7575%	01/01/2025	0,7575%
01/11/2016	0,7575%	01/08/2019	0,7575%	01/05/2022	0,7575%	01/02/2025	0,7575%
01/12/2016	0,7575%	01/09/2019	0,7575%	01/06/2022	0,7575%	01/03/2025	0,7575%
01/01/2017	0,7575%	01/10/2019	0,7575%	01/07/2022	0,7575%	01/04/2025	0,7575%
01/02/2017	0,7575%	01/11/2019	0,7575%	01/08/2022	0,7575%	01/05/2025	0,7575%
01/03/2017	0,7575%	01/12/2019	0,7575%	01/09/2022	0,7575%	01/06/2025	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.4.2. O pagamento da primeira parcela de amortização será devido em 1º de julho de 2014, sendo os pagamentos das demais parcelas devidos no dia 1º (primeiro) dos meses subsequentes.

4.5. Indisponibilidade ou Extinção da TR

- 4.5.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da TR por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o final do referido prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da TR, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Lei aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última TR oficialmente divulgada até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.
- 4.5.2. Caso a TR venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.5.1 acima, a referida assembleia não será mais realizada, e a TR, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da atualização.
- 4.5.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.5.1 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora deverá utilizar o índice que vier a substituir a TR na atualização das contas vinculadas do FGTS.

4.6. Garantias

- 4.6.1. O pagamento das Debêntures é garantido pela vinculação da receita tarifária da Emissora, decorrente da arrecadação, através da rede bancária arrecadadora, de valores relativos ao pagamento, pelos usuários, das contas mensais de serviços de água e/ou esgotos, emitidas regularmente pela Emissora contra os usuários das categorias residencial, comercial, industrial, pública e mista, em decorrência da prestação de serviços de distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto, em valor mensal não inferior a 4% (quatro por cento) do saldo devedor de todas e quaisquer de suas obrigações de pagamento relacionadas às Debêntures, nos termos desta Escritura e do “Contrato de Vinculação de Parcela da Receita Tarifária, Conta Vinculada e Outras Avenças” (“Contrato de Vinculação”), celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário nesta data.
- 4.6.2. Conta de Liquidação. O valor referente à integralização das Debêntures pelos Debenturistas deverá ser mantido pela Emissora na conta corrente nº 003-1500-7 de sua titularidade, mantida na agência 0238 da Caixa Econômica Federal (“Conta de Liquidação”), sendo que os ativos existentes em tal conta corrente serão vinculados em favor dos Debenturistas nos termos do Contrato de Vinculação de Recursos na Conta de Liquidação (“Contrato de

Vinculação de Recursos” e, em conjunto com Contrato de Vinculação, “Contratos de Garantia”), firmado nesta data.

- 4.6.2.1. Observados os termos do Contrato de Vinculação de Recursos, os valores mantidos na Conta de Liquidação somente poderão ser transferidos, pelo Agente Fiduciário, para conta corrente de livre movimentação da Emissora (“Recursos Liberados”) após o recebimento, pelo mesmo, do Relatório de Uso dos Recursos, mediante solicitação expressa da Emissora, (“Liberação dos Recursos”), observado o seguinte o cronograma abaixo e a desnecessidade de recebimento do relatório acima referido no caso da primeira transferência.

Liberação dos Recursos	Data de Liberação dos Recursos*	Montante a ser transferido para conta corrente de livre movimentação
1ª	Data de Emissão	R\$ 170.000.000,00
2ª	6 meses, contados da Data de Emissão	50% (cinquenta por cento) do saldo dos recursos constantes da Conta de Liquidação
3ª	12 meses, contados da Data de Emissão	Totalidade do saldo dos recursos constantes da Conta de Liquidação, apurado na data da solicitação de Liberação dos Recursos

- 4.6.2.2. A Emissora poderá solicitar a Liberação dos Recursos em datas de Liberação dos Recursos diversas daquelas previstas no cronograma para Liberação dos Recursos acima, desde que tenha sido efetuada a entrega do Relatório de Uso dos Recursos e a comprovação, em condições satisfatórias ao Agente Fiduciário, dos usos dos recursos, nos termos do item 3.2. acima. Com relação à última Liberação dos Recursos, a mesma somente ocorrerá após cumpridas todas as formalidades descritas nesta Escritura, bem como após recebido o relatório de Auditoria de Investimentos relativo à primeira Liberação de Recursos.

- 4.6.2.2.1. Na hipótese de prorrogação do Prazo de Investimento, nos termos do item 3.2.2.2 acima, as datas de Liberação dos Recursos serão igualmente prorrogadas, sendo a Liberação dos Recursos efetuada somente após a comprovação dos usos dos recursos, nos termos dos itens 3.2 e 4.6.2.2, acima, mediante solicitação expressa da Emissora.

- 4.6.3. Sem prejuízo do disposto nos itens 4.6.3.1 e 4.6.3.2 a seguir, o Agente Fiduciário deverá efetuar a transferência dos valores mantidos na Conta de Liquidação para a conta de livre movimentação da Emissora em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de comunicação da Emissora neste sentido e da entrega do Relatório de Uso dos Recursos e a

comprovação, em condições satisfatórias ao Agente Fiduciário, dos usos dos recursos, conforme disposto no item 4.6.2.2 acima.

4.6.3.1. Sem prejuízo do acima disposto, os valores disponíveis na Conta de Liquidação, que não tenham sido destinados para o Plano de Investimentos, somente poderão ser investidos em cotas de fundos de investimento administrados pela Caixa Econômica Federal, cuja política de investimento tenha sido previamente aprovada pela maioria dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, observado o item 9.3.4 desta Escritura, nos termos e condições descritos expressamente no Contrato de Vinculação de Recursos (“Investimentos Permitidos”).

4.6.3.2. A Conta de Liquidação somente poderá ser movimentada pelo Agente Fiduciário com estrita observância ao objeto, termos e condições desta Escritura e do Contrato de Vinculação de Recursos.

4.7. Condições de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

4.7.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, caso as Debêntures estejam registradas no BOVESPAFIX; (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam registradas no SND; ou (iii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, na sede da Emissora ou, conforme o caso, os procedimentos adotados pelo Agente Escriturador.

4.7.2. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, acrescido da Remuneração, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.3. Decadência dos Direitos aos Acréscimos Sem prejuízo do disposto no item 4.7.2 acima, uma vez realizado o pagamento, pela Emissora, do valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, o não recebimento, pelo Debenturista, de tais valores não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.7.4. Valores Líquidos de Deduções. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.8. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.9. Resgate Antecipado Total Facultativo

4.9.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 49º (quadragésimo nono) mês após a Data da Emissão, e, a partir dessa data, ao final de cada Período de Capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação tomada em Reunião de Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, mediante notificação ao Agente Fiduciário e comunicação aos Debenturistas, nos termos do item 11.6 desta Escritura, com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência (“Resgate Antecipado Facultativo”).

4.9.2. A Emissora não poderá realizar resgates antecipados parciais das Debêntures.

4.9.3. Na notificação do Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo, (ii) o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) da atualização, se houver; e (c) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com o item 4.9.4 abaixo (“Prêmios de Reembolso”). A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data de efetivação do resgate total antecipado.

4.9.4. Os Prêmios de Reembolso a que farão *jus* os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e da atualização, se houver, e serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio (\%)} = \left(\frac{P \times DD}{TDC} \right)$$

em que:

$P = 2\%$ (dois por cento);

$DD =$ número de dias corridos, contados a partir da data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento; e

$TDC =$ número total de dias corridos desde o primeiro dia do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento.

4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, mediante prévia e expressa anuência, por escrito, dos respectivos Debenturistas. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.11. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 5.2 e 5.3 desta Escritura, da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei), formulado pela Emissora;

- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução, total ou parcial, da Emissora;
- (d) não pagamento, pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento, do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, da Remuneração ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias contados da data prevista para o seu pagamento, ressalvada possibilidade de sanar o descumprimento em 2 (dois) dias no máximo 3 (três) vezes, consecutivas ou não, dentro de um período de 12 (doze) meses;
- (e) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data prevista para seu cumprimento original, ressalvada possibilidade de sanar o descumprimento em 2 (dois) dias no máximo 2 (duas) vezes, consecutivas ou não, dentro de um período de 12 (doze) meses;
- (f) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa daquela prevista no Plano de Investimentos ou de forma intempestiva em relação ao Prazo de Investimento ou Prazo de Investimento Adicional, conforme o caso;
- (g) não-recebimento, pelo Agente Fiduciário, do relatório da Auditoria dos Investimentos no Prazo da Auditoria ou recebimento de parecer relativo à Auditoria dos Investimentos no qual conste impossibilidade de expressar opinião;
- (h) obtenção de parecer adverso ou com ressalvas do resultado da Auditoria dos Investimentos, desde que relativas à efetiva comprovação da utilização dos recursos da Emissão nos Projetos constantes do Plano de Investimentos;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alienação, oneração ou contratação de obrigação que, de qualquer forma, implique ou possa implicar em que o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (k) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em qualquer

(quaisquer) área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas consolidadas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, usualmente divulgadas pela Emissora;

- (l) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Reorganização”) que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto no item 9.1 desta Escritura, exceto na hipótese de a Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco pela Agência de *Rating* a elas atribuída antes da Reorganização, que não poderá ser inferior a nível mínimo de equivalente a “brA+” pela escala da S&P; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na alínea (w) abaixo; e (iv) a receita operacional líquida consolidada da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) acima desta alínea (l) são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui prevista;
- (m) protesto(s) de títulos emitidos pela Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se o(s) protesto(s) tiver(em) sido efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for(em) cancelado(s) ou suspenso(s), em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua

ocorrência;

- (n) pedido(s) reiterado(s) de falência contra a Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência, (i) houver desistência, pelo requerente, do(s) respectivo(s) pedido(s) de falência; ou (ii) tal(is) pedido(s) tiver(em) sido efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora junto às autoridades competentes;
- (o) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações relevantes referentes aos contratos celebrados com a Agência de *Rating* e com o Agente Fiduciário;
- (p) a Escritura ou qualquer Contrato de Garantia seja repudiado, total ou parcialmente, por qualquer parte, ou a legalidade ou exequibilidade de qualquer de suas disposições relevantes seja questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal repúdio ou questionamento judicial seus efeitos não venham a ser suspensos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da entrega de notificação pela Emissora ao Agente Fiduciário informando tal acontecimento, sendo certo, no entanto, que o período de cura aqui previsto será considerado transcorrido se o repúdio ou a declaração judicial de nulidade ou inexecutibilidade se tornar eficaz;
- (q) suspensão de aspectos relevantes desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 30 (trinta) dias;
- (r) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 5 (cinco) dias;
- (s) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias, inclusive as Garantias, prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia;
- (t) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas consolidadas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento da cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela

Emissora;

- (u) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA, a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (v) pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações nesta Escritura;
- (w) observar e manter os seguintes índices financeiros mínimos, a partir da Data de Emissão, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0 (um inteiro), devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; e (2) EBITDA/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por, no mínimo, 2 (dois) trimestres consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado;
- (x) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM; e
- (y) rebaixamento, em mais de 2 (dois) níveis, a nota de risco em escala nacional “brAA-”, originalmente atribuída às Debêntures desta Emissão pela Agência de *Rating*, sempre se considerando a tabela de classificação da agência responsável pela emissão da nota rebaixada.

- 5.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá optar, por deliberação de Debenturistas titulares da totalidade das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas as Debêntures nas hipóteses previstas no item 5.1 desta Escritura.
- 5.3. Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.2 desta Escritura por falta de quorum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista naquele item desta Escritura pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados no item 5.1 desta Escritura.
- 5.4. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou da regulamentação que lhe sobrevier (“Instrução CVM nº 480”), nos prazos ali previstos;
 - (ii) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma justificada e razoável, segundo princípios da boa-fé, pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos hipóteses previstas nas alíneas do item 5.1 desta Escritura (vencimento antecipado), na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
 - (iv) observado disposto no item 9.3.4, relatório trimestral de utilização dos recursos no respectivo período (“Relatório Informativo”), em até 20 (vinte) dias após o término do trimestre vencido do respectivo ano civil, observada obrigação de o Agente Fiduciário encaminhar aos Debenturistas o respectivo relatório em até 1

(um) dia útil contado de seu recebimento. O Relatório Informativo deverá ser preparado pela Emissora e conterá: (i) identificação e características do Projeto realizado com os recursos oriundos da Emissão; (ii) setor em que se insere o Projeto; (iii) localização do Projeto; (iv) número de empregos diretos e indiretos originados pelo Projeto; (v) outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do Projeto; e (vi) atualização do estágio atual e previsão de conclusão de todos os Projetos. O Agente Fiduciário e os Debenturistas poderão solicitar, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados no Relatório Informativo e os comprovantes de tais despesas;

- (b) não reduzir seu capital social, exceto para absorção de prejuízos contábeis ou em decorrência da necessidade de adequação das demonstrações financeiras da Emissora a futuras normas contábeis, observado limite de 10% (dez por cento);
- (c) permitir, em dias úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Agente Fiduciário e/ou para os Debenturistas, a inspeção das obras objeto do Plano de Investimentos por parte de representantes do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, observado o item 9.3.4 desta Escritura, desde que previamente comunicada;
- (d) apresentar ao Agente Fiduciário, (i) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
- (e) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou pelos órgãos de fiscalização e controle ambientais brasileiros em relação a ações ou omissões da Emissora, ressarcindo-os de quaisquer custos, despesas, ônus ou prejuízos que estes venham a incorrer em razão da não conformidade a normas e exigências estabelecidas na legislação ambiental em vigor, tais como condenações cíveis, imposição de multas de qualquer natureza, sanções penais ou administrativas, bem como qualquer outra penalidade estabelecida pela autoridade competente;
- (f) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

- (g) contratar e manter contratada, às suas expensas, a Agência de *Rating* para que, até a Data de Vencimento, esta elabore e divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula de classificação de risco das Debêntures, observada obrigação do Agente Fiduciário de encaminhar aos Debenturistas o respectivo relatório no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua divulgação;
- (h) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, na forma do disposto no item 11.6 desta Escritura, qualquer rebaixamento da nota de risco das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que houver divulgação da alteração da nota de risco, prazo a partir do qual Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da alínea (y) do item 5.1 desta Escritura;
- (j) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (k) manter em adequado funcionamento serviço de atendimentos aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (l) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480;
- (m) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (n) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia, fato este que deverá ser comunicado imediatamente aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;
- (o) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (p) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura, os Contratos de Garantia ou outro instrumento relacionado à presente Emissão;

- (q) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.2 desta Escritura;
- (r) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe ou possa vir a ocasionar modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.2 desta Escritura, hipótese em que o Agente Fiduciário deverá comunicar, imediatamente, tal fato aos Debenturistas e declarar, se for o caso, o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da alínea (f) do item 5.1 desta Escritura;
- (s) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (t) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças, inclusive ambientais, relevantes, pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nessas licenças ou definidas em termos de ajuste de conduta (TACs);
- (u) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, em relação aos quais existam decisões judiciais ou administrativas que tenham suspendido a exigibilidade de tais obrigações, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (v) enquanto houver Debêntures em Circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (w) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o Agente Fiduciário, o Agente Escriturador, a Agência de *Rating* e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP e/ou BM&FBOVESPA);
- (x) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- (y) cumprir pontualmente suas obrigações junto ao FGTS e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- (z) não utilizar, em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil, entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;
- (aa) contribuir para a preservação do meio ambiente nas operações que envolvam obras civis mantendo, sempre que possível, a vegetação nativa ou efetuando o plantio de mudas de árvores nativas da região, observando o de solo, clima e o local em que serão plantadas;
- (bb) utilizar na execução de seus projetos, na medida do possível, equipamentos voltados para a preservação do meio ambiente; e
- (cc) adotar e fazer com o executor de obras de seus projetos adote as seguintes providências, de forma a favorecer à preservação ambiental: (i) minimizar os impactos da obra no meio ambiente, (ii) aproveitar, passivamente, os recursos naturais do ambiente local, (iii) realizar a gestão e economia de água e energia na construção, (iv) promover o uso racional dos materiais de construção, (v) arborizar e estimular o plantio de árvores nas áreas de intervenção, e (vi) promover discussões e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água/materiais degradáveis para construção/outros, riscos decorrentes da não preservação ambiental e demais questões pertinentes.

CLÁUSULA VII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do contrato de colocação, celebrado, nesta data, com o Banco Citibank S.A. (“Contrato de Colocação”), bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Colocação, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e cada um dos documentos da Emissão, inclusive os Contratos de Garantia, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares, afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; (ii) Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, do Estado de São Paulo, conforme alterada; ou (iii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Colocação e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (g) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, representam corretamente a situação financeira da Emissora e de suas subsidiárias nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas;

- (h) as informações financeiras da Emissora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, (i) não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (ii) não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, (iii) não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, e (iv) não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;
- (i) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (j) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão.

7.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis e devidamente comprovados) comprovadamente incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula VII.

CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Do Agente Fiduciário

A Emissora neste ato constitui e nomeia APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificado no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta

Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

8.2. Substituição

- 8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo Agente Fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.
- 8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea (b) do item 8.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na Junta Comercial competente onde será inscrita esta Escritura.
- 8.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.
- 8.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 8.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que

vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

8.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (e) acompanhar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (w) do item 5.1 desta Escritura e a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas do item 5.1 desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (h) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado, observado o disposto na Instrução CVM nº 476;
 - (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (w) do item 5.1 desta Escritura;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (viii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

- (i) enviar aos Debenturistas o relatório de que trata a alínea (h) acima, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, bem como disponibilizá-lo, no mesmo prazo, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP e/ou BM&FBOVESPA, conforme o caso; e
 - (v) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- (j) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (k) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada aos Contratos de Garantia;
- (l) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (m) solicitar, inclusive se requisitado por qualquer Debenturista, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que comprove a necessidade de realização da referida auditoria;
- (n) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 2.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (p) comunicar aos Debenturistas, na forma do item 11.6.1 desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea (h) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (i) acima;

- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (r) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no artigo 60, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (s) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP e à CVM;
- (t) encaminhar, aos Debenturistas, o parecer mencionado no item 3.2.4, acima, em até 3 (três) dias úteis contados de seu recebimento pelo Agente Fiduciário; e
- (u) encaminhar, aos Debenturistas, cópia das demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, em até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, pelo Agente Fiduciário.

8.4. Remuneração do Agente Fiduciário

8.4.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) 60 (sessenta) parcelas de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada, a serem pagas trimestralmente durante o prazo de 180 (cento e oitenta) meses, contados a partir do 5º (quinto) dia útil após a Data da Emissão. Os pagamentos serão devidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação de serviços.
- (b) A remuneração prevista na alínea (a) acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como, os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais, a qualquer título;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do IPCA, ou, na sua falta, pelo Índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir da data de assinatura da presente Escritura;
- (d) Sem prejuízo do disposto na alínea (b) acima, a Emissora reembolsará o Agente Fiduciário, até o limite de R\$90.000,00 (noventa mil reais), durante todo o prazo de vigência da Emissão, referente as despesas com publicações, transporte, alimentação,

viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, desde que estas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora;

- (e) A remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e
- (f) Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

8.5. Despesas

- 8.5.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 8.5.2 O ressarcimento a que se refere o item 8.5.1 acima será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.
- 8.5.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, somente poderão ser incorridas pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos Debenturistas se previamente aprovadas pela totalidade dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal fim, observada a obrigatoriedade de ressarcimento, pela Emissora, dos valores aqui mencionados, conforme previsto em lei, desde que devidamente comprovados os respectivos gastos. As despesas referidas neste item, se aprovadas por todos os Debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Todos os custos e despesas referidos neste item serão de inteira responsabilidade da Emissora, não estando o Agente Fiduciário obrigado pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos se os mesmos não forem previamente aprovados pelos Debenturistas.

8.5.4 As despesas a que se refere este item 8.5 da Escritura compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Observadas às disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto nos itens 5.1, 5.2 e 5.3 desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) do item 8.6.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, nos termos dos itens 5.2 e 5.3 desta Escritura.

CLÁUSULA IX
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

- 9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido a seguir, ou pela CVM.
- 9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

- 9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria

pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Quorum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 a 9.3.4 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quorum referido no item 9.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da espécie das Debêntures; e/ou (iv) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo.

9.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste item 9.3 deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, sem prejuízo do disposto no item 9.3.4 a seguir.

9.3.4. Caso o FGTS venha a subscrever, em todo ou em parte, as Debêntures desta Emissão, enquanto este ou qualquer sociedade afiliada da Caixa Econômica Federal (“Subscritor”) for Debenturista, todas as matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão, obrigatoriamente, do voto afirmativo do Subscritor. Igualmente, todas as obrigações da Emissora, contidas nesta Escritura, em que haja referência expressa a este item 9.3.4, relacionadas aos Projetos e ao Plano de Investimentos, somente serão exigíveis enquanto o Subscritor for Debenturista.

9.4. Mesa Diretora

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação ou àquele que for designado pela CVM.

CLÁUSULA X
DO AGENTE ESCRITURADOR

10.1. Do Agente Escriturador

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. será escriturador da presente emissão de Debêntures (“Agente Escriturador”).

CLÁUSULA XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão e dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. Irrevogabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II desta Escritura, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens

11.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

11.5. Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

11.6. Publicidade e Comunicações

11.6.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (<http://www.sabesp.com.br>).

11.6.2. As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário, a CETIP ou a BM&FBOVESPA, nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Emissora: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
Rua Costa Carvalho, nº 300
CEP: 05429-900 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3388-8247
Fax: (11) 3815-4465
At.: Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores
E-mail: raffonso@sabesp.com.br

Agente Fiduciário: Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Pernambuco, 353, sala 1207 – Centro
CEP: 30.130-150 – Belo Horizonte/MG
Fax: (31) 3261-9495
At.: Rita de Cássia Neves Mundim
E-mail: ritamundim@aportebhdtvm.com.br

CETIP: CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Endereço: Rua Líbero Badaró, nº 425 – 24º andar
CEP: 01009-000 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

BM&FBOVESPA: BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Endereço: Rua XV de Novembro, nº 275
CEP: 01013-001 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3233-2178 / 3233-2261

11.6.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.6.4. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

11.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

11.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Eleição de Foro

Para a solução de todas as controvérsias decorrentes desta Escritura, fica eleito o foro da seção judiciária da Justiça Federal de São Paulo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 02 de junho de 2010

* * *

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP,
NA QUALIDADE DE EMISSORA

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS LTDA.,
NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

Nome:

Nome:

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, celebrada entre Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, como emissora, e a Aporte Distribuidora de Títulos Mobiliários Ltda., como agente fiduciário e representante dos debenturistas

Anexo I
DECLARAÇÃO DE INVESTIDOR QUALIFICADO

São Paulo, [●] de [●] de 2010

Ao
BANCO CITIBANK S.A.
[ENDEREÇO]
São Paulo/SP

At.: Sr. [●]

Ref.: Oferta Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 12ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, com Esforços Restritos de Distribuição.

Prezados,

[[NOME DO INVESTIDOR PESSOA JURÍDICA], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], inscrita no CNPJ/MF sob nº [●], neste ato representada nos termos do seu [Contrato Social/Estatuto Social]]

[ou]

/[NOME DO INVESTIDOR FUNDO DE INVESTIMENTO], fundo de investimento constituído nos termos da regulamentação aplicável, inscrito no CNPJ/MF sob nº [●], neste ato devidamente representado por seu administrador, [denominação do administrador], sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para realizar a administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], inscrita no CNPJ/MF sob nº [●], neste ato representada nos termos do seu [Contrato Social/Estatuto Social]]

na qualidade de subscritor de [●] debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 12ª emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, sociedade de economia mista com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, 300, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80 (“Debêntures” e “Emissora”, respectivamente), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na respectiva data de emissão, as quais foram objeto de distribuição pública restrita nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM nº 476”, respectivamente), vem, por meio desta, declarar que:

- (a) é investidor qualificado nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476 (“Investidor Qualificado”) e possui conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas a investidores não-qualificados e/ou a investidores que investem em ofertas públicas de valores mobiliários registradas perante a CVM;
- (b) tem pleno conhecimento de que a Oferta Restrita foi automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, bem como que a Emissão não foi precedida de qualquer autorização ou análise por parte de qualquer entidade reguladora ou autorreguladora;

- (c) a Oferta Restrita, as Debêntures, a Emissora e o Coordenador Líder não estão sujeitos ao disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, exceto quanto ao artigo 48 da referida instrução;
- (d) está ciente que a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a investidores qualificados e, não obstante a Oferta ser apresentada a, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados, conforme disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 476, o que poderá prejudicar sua liquidez no mercado secundário;
- (e) está ciente e concorda que as Debêntures serão registradas negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, observado que, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da sua respectiva subscrição e integralização;
- (f) fez sua própria pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre a Emissora e suas controladas, suas atividades, situação financeira e, considerando sua situação financeira, seus objetivos de investimento, tomou a decisão de prosseguir com a subscrição e integralização das Debêntures. Para tanto, teve acesso a todas as informações que julgou necessárias à tomada da decisão de investimento nas Debêntures;
- (g) está de acordo com todos os termos e condições da escritura de emissão das Debêntures e tem conhecimento e experiência em finanças, análise de risco de crédito e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos relacionados ao investimento nas Debêntures;
- (h) avaliou de forma independente, com recursos internos ou com a contratação de um escritório de advocacia especializado, os aspectos jurídicos das Debêntures, não tendo qualquer ressalva a respeito delas;
- (i) está autorizado a adquirir ativos cujo risco de crédito é privado, como as Debêntures;
- (j) tem pleno conhecimento de que a subscrição e integralização das Debêntures constitui operação indicada somente para Investidores Qualificados, capazes de entender e assumir os riscos envolvidos nesse tipo de operação;
- (k) considerando as declarações constantes das alíneas (g), (h), (i) e (j) acima, declara que possui capacidade financeira para o investimento nas Debêntures, que é adequado ao seu nível de sofisticação e perfil de risco;
- (l) obterá declaração assinada pelo comprador das Debêntures nos exatos termos desta declaração, na hipótese de negociação das Debêntures no mercado secundário, observadas as restrições previstas na Instrução CVM nº 476;

- (m) tem pleno conhecimento de que a participação do Banco Citibank S.A. (“Coordenador Líder”), na qualidade de instituição intermediária, não implica, por parte do Coordenador Líder, (i) recomendação de investimento nas Debêntures; (ii) julgamento sobre a qualidade da Emissora e suas controladas; e (iii) qualquer garantia com relação às expectativas de retorno do investimento e/ou do valor principal investido nas Debêntures;
- (n) isenta de forma ampla, irrevogável e irretratável o Coordenador Líder de qualquer responsabilidade por qualquer perda, prejuízo, dano e/ou despesa que venha a sofrer em decorrência direta ou indireta da Oferta Restrita, reconhecendo que não tem qualquer regresso contra o Coordenador Líder em razão dela;
- (o) caso a Oferta seja suspensa ou modificada, está ciente que poderá revogar sua aceitação, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder até as 16h00 (dezesesseis horas) do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação; e
- (p) tanto nas hipóteses de revogação ou modificação, descritas na alínea (o) anterior, quanto no caso de cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer conforme decisão do Coordenador Líder, na hipótese de o Investidor Qualificado já ter efetuado a integralização das respectivas Debêntures, os valores correspondentes serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos montantes relativos aos tributos incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da respectiva revogação ou cancelamento, conforme aplicável.

Sendo o que nos cumpria para o momento, subscreve-se.

[INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Anexo II
Plano de Investimentos